

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.574.920 - SC (2019/0264032-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **SIDNEY VENANCIO**
ADVOGADO : **TIAGO SCHROEDER RUSSI - SC026450**
AGRAVADO : **METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA SA**
ADVOGADOS : **RAQUEL SOBOLESKI CAVALHEIRO - RS047580**
: **WERNER LUCAS HEBERLE - RS075882**
: **PAULO ANTÔNIO MULLER - SC030741**
: **MARCO AURELIO MELLO MOREIRA - SC030589**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. SITUAÇÃO QUE NÃO IMPÕE O CUSTEIO DA PROVA À PARTE ADVERSA. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. JUSTIÇA GRATUITA DEFERIDA EM PARTE. RESSALVA DOS HONORÁRIOS PERICIAIS. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/2015) interposto por SIDNEY VENANCIO contra a decisão de fls. 157-158 (e-STJ), proferida em juízo provisório de admissibilidade, a qual negou seguimento ao recurso especial.

O apelo extremo foi deduzido com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, em desafio a acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina assim ementado (fls. 112-113, e-STJ):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. JUSTIÇA GRATUITA DEFERIDA EM PARTE. RESSALVA DOS HONORÁRIOS PERICIAIS. PRETENDIDA REFORMA DA DECISÃO. IMPOSSIBILIDADE. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA QUE NÃO IMPLICA IGUAL PROVIDÊNCIA COM RELAÇÃO AOS CUSTOS DO PROCESSO. CONCESSÃO PARCIAL DA BENESSE PLEITEADA ADMISSÍVEL. INCIDÊNCIA DO ART.

Superior Tribunal de Justiça

98, §§ 5º e 6º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ABSOLUTA IMPOSSIBILIDADE DE ARCAR COM AS DESPESAS PROCESSUAIS NÃO COMPROVADA NA HIPÓTESE. DECISÃO PRESERVADA.

"[...] a simples inversão do ônus da prova, no sistema do Código de Defesa do Consumidor, não gera a obrigação de custear as despesas com a perícia, embora sofra a parte ré as consequências decorrentes de sua não-produção" (S-2, REsp n. 639.534, Min. Carlos Alberto Menezes Direito; T-3, AgRgREsp n. 1.378.152, Min. Paulo de Tarso Sanseverino)" (TJSC, Agravo de Instrumento n. 4016732-86.2016.8.24.0000, de Chapecó, rel. Des. Newton Trisotto, Segunda Câmara de Direito Civil, j. 06-04-2017). "[...] o CPC/2015 buscou prevenir a utilização indiscriminada/desarrazoada da benesse, ao dispor, no art. 98, parágrafos 5º e 6º, que a gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual ou parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento. Precedente. (Superior Tribunal de Justiça - AgInt no TP 1.278/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 30/08/2018, DJe 05/09/2018) "O CPC permite que o benefício da gratuidade seja concedido quanto a apenas um ou alguns atos do processo, ou para que o beneficiário tenha um desconto percentual no valor dos adiantamentos (art. 98, § 5º). Permite ainda que, em vez de dispensar o adiantamento, o julgador defira um parcelamento do montante (art. 98, § 6º). [...] A modulação é algo positivo para todo mundo. A análise do requerimento do benefício deixa de ser feita com base no tudo ou nada, oito ou oitenta. Com isso, muitos pedidos que outrora eram feitos e rejeitados, sob o fundamento de que o requerente não era tão pobre assim, poderão agora ser reavaliados. A modulação ganha importância exatamente aí: situações limítrofes, em que o requerente não é tão evidentemente pobre, mas tampouco é notoriamente abastado. Em situações tais, o pensamento do tudo ou nada fatalmente causaria um prejuízo a alguém. Com a possibilidade, agora expressa, de concessão de um benefício alternativo, o julgador pode viabilizar uma solução para aquele caso em que o requerente tem, ao menos, condições de antecipar uma parte do pagamento, ou do pagamento da maioria dos atos processuais, ou ainda o pagamento parcelado." (DIDIER JÚNIOR, Fredie e OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Benefício da justiça gratuita. 6a ed. Salvador: Jus Podivm, 2016, p. 53-56)." (TJSC, Agravo de Instrumento n. 1001144- 90.2016.8.24.0000, de Balneário Camboriú, rel. Des. Cid Goulart, Segunda Câmara de Direito Público, j. 06-09-2016).

RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Os embargos de declaração opostos foram desacolhidos (fls. 126-132, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 134-146, e-STJ), o recorrente alegou

Superior Tribunal de Justiça

que o acórdão impugnado incorreu em violação dos arts. 98 e 99 do Código de Processo Civil de 2015 e 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

Sustentou, em suma: (i) em razão de ter-lhe sido concedida a inversão do ônus da prova, as despesas relativas à prova pericial devem ser suportadas pela parte adversa; (ii) na concessão da gratuidade de justiça estão incluídas as despesas com os honorários periciais, motivo pelo qual tal despesa não deve ser repassada ao recorrente, haja vista ter provado sua hipossuficiência.

Em juízo de admissibilidade, a Corte de origem negou o processamento do recurso especial ante a aplicação da Súmula 7/STJ para revisão das conclusões estaduais.

Irresignado (fls. 160-166, e-STJ), aduz o agravante que o presente reclamo merece trânsito, refutando o retrocitado óbice de admissibilidade.

Contraminuta às fls. 169-176-1.605 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, verifica-se que o recurso foi interposto na vigência do novo Código de Processo Civil. Sendo assim, sua análise obedecerá ao regramento nele previsto. Portanto, aplica-se, na hipótese, o Enunciado Administrativo n. 3, aprovado pelo Plenário desta Casa em 9/3/2016, segundo o qual "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Com efeito, a jurisprudência desta Corte é no sentido de que a inversão do ônus da prova não tem como efeito a imposição do custeio da produção da prova requerida pela parte adversa àquela contra a qual o ônus probatório foi invertido.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - NA ORIGEM, TRATA-SE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NO BOJO DE AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS DECORRENTES DE CONTAMINAÇÃO PROVENIENTE DO DESCARTE DE MATERIAL DE LIMPEZA DE TANQUES DA PETROBRÁS NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO (SP) - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA DAR

PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL A FIM DE AFASTAR A OBRIGAÇÃO PELO ADIANTAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS DECORRENTE DA INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. IRRESIGNAÇÃO DA EMPRESA PETROLÍFERA.

(...)

2. Inversão do ônus da prova no âmbito de ação de indenização por dano ambiental. Acórdão estadual que, corroborando a decisão saneadora, considerou cabida a inversão do ônus probatório, ante a constatação da verossimilhança do direito alegado (tendo em vista a responsabilidade objetiva decorrente do risco da atividade econômica empreendida e a notoriedade do acidente ambiental), bem assim a hipossuficiência técnica e financeira da vítima/autor. Incidência da súmula 7/STJ.

3. Responsabilidade pelo adiantamento dos honorários do perito. Não é lícito obrigar a parte contra quem o ônus da prova foi invertido a custear os honorários do perito, porque lhe assiste a faculdade de não produzir a prova pericial e arcar com as consequências processuais da omissão. Precedentes.

(...)

(AgRg no AgRg no AREsp 153.797/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 5/6/2014, DJe 16/6/2014);

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. RESPONSABILIDADE PELO CUSTEIO DA PROVA PERICIAL REQUERIDA PELO CONSUMIDOR. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Quando verificada a relação de consumo, prevalece, no âmbito da Segunda Seção desta Corte Superior de Justiça que os efeitos da inversão do ônus da prova não possuem a força de obrigar a parte contrária a arcar com as custas da prova requerida pelo consumidor. Precedentes.

2. Na espécie, a prova pericial determinada pelo juízo foi requerida pelo consumidor, e portanto, a ele é imposto o ônus de arcar com as custas, conforme entendimento já pacificado nesta Corte Superior.

3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 246.375/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 4/12/2012, DJe 14/12/2012);

Consumidor. Recurso especial. Inversão do ônus da prova. Responsabilidade pelo custeio das despesas decorrentes de sua produção. Precedentes. Prova pericial requerida apenas pelo consumidor. Ônus pelo adiantamento do pagamento dos honorários do perito. Art. 33 do CPC.

- Conforme entendimento da 3.^a Turma, a inversão do ônus da prova não tem o efeito de obrigar a parte contrária a arcar com as custas da prova requerida pelo consumidor. No entanto, sofre as consequências processuais advindas de sua não produção.

- Se a prova pericial foi requerida apenas pelo autor, é apenas ele

Superior Tribunal de Justiça

quem deve adiantar o pagamento dos honorários periciais, conforme determina o art. 33 do CPC, ainda que à demanda seja aplicável o Código de Defesa do Consumidor.

Recurso especial conhecido e provido. (REsp 661.149/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/8/2006, DJ 4/9/2006, p. 261)

Na hipótese ora em análise, o Tribunal de origem, ao dirimir a controvérsia, manteve a sentença que concluiu pela inversão do ônus da prova ao segurado e lhe concedeu os benefícios da gratuidade de justiça, com exceção dos eventuais honorários periciais, conforme transcrição a seguir (fls. 115, 117-119, e-STJ, sem grifos no original):

Isso posto, num primeiro plano, como dito outrora, **a inversão do ônus da prova não significa necessária imposição à ré do dever de pagar os honorários do perito** (art. 95, *caput* e § 3º, do Código de Processo Civil).

Com efeito, a imposição processual de comprovar determinado fato constitutivo do direito, apesar de ter efeitos na requisição da produção probatória, **não transfere a obrigação de adimplir integralmente os custos do processo, qual, em se tratando de exame técnico, incumbe à(s) parte(s) que o requereu(ram).**

(...)

Por outro lado, o art. 98, § 5º, do Código de Processo Civil **permite a isenção de apenas algumas das despesas processuais, motivo pelo qual se revela admissível atribuir ao autor, beneficiário, em parte, da justiça gratuita, o pagamento, total ou parcial, a depender do caso, do perito.**

Aliás, a legislação processual em vigor admite até mesmo o parcelamento de algum custo eventualmente imposto (art. 98, §6º, do CPC).

(...)

No mais, quanto às condições socioeconômicas do agravante, ainda que não se saiba o valor da perícia, a forma ou as condições de adimplemento, **observa-se que, de fato, não deve(ria) ser concedida a gratuidade da justiça na íntegra, na medida em que possui rendimento anual de cerca de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), além de imóvel financiado e automóvel.**

Noutros termos, **tais circunstâncias demonstram**, ao menos nas condições atuais e no estágio que o processo se encontra, **a possibilidade de custear, ainda que parceladamente, o exame técnico.**

(...)

Por isso, **não estão preenchidos os requisitos para concessão integral da benesse da justiça gratuita ao agravante**, de maneira que se afigura escorreita a decisão do Magistrado *a quo*.

Aliás, reforça-se que, **apenas se fosse assim concedida, isto é, na totalidade, seria aceitável a pretensão de que o Estado pagasse os honorários do perito** (art. 95, § 3º, do Código de Processo Civil).

Superior Tribunal de Justiça

No tocante aos efeitos da concessão da inversão do ônus probatório, verifica-se que o acórdão estadual encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte, motivo pelo qual inarredável a aplicação da Súmula 83/STJ quanto ao ponto.

Quanto ao mais, reverter a conclusão do Tribunal local, para acolher a pretensão recursal (de extensão da gratuidade de justiça concedida para os honorários periciais), demandaria necessariamente o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que não se admite em âmbito de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

Diante do exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator